

Espaço-temporalidade e territorialidade: deslocamento interno forçado na Colômbia^a

Space-temporality and territoriality: Colombian internal forced displacement

■ NEYLA GRACIELA PARDO ABRIL^b

Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia

CAMILO ALEJANDRO RODRÍGUEZ FLECHAS^c

Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia

RESUMO

Desenvolve-se uma proposta analítica a partir dos Estudos Críticos do Discurso Multimodal e Multimídia (ECDMM) para abordar a relação espaço-temporal, territorial e de memória no âmbito da representação do deslocamento interno forçado no conflito armado colombiano. Objetivamos compreender e interpretar os fatores que determinam as causas e as consequências do deslocamento interno forçado, explicitando a necessidade de socializar o conhecimento sobre a situação social. O universo a ser analisado é a macronarrativa digital visual na plataforma da Comissão da Verdade; a amostra discursiva constitui a narrativa gráfico-visual interativa, o mapa, criada pelo *Center for Spatial Research* da Universidade de Columbia, por meio do qual se pretende mostrar como a representação do deslocamento interno forçado é construída entre 1985 e 2021.

Palavras-chave: Espaço-temporalidade, território, deslocamento forçado, conflito armado interno, Estudos Críticos do Discurso Multimodal e Multimídia (ECDMM).

ABSTRACT

An analytical proposal is developed from the Multimodal and Multimedia Critical Discourse Studies (MMCDs) to address the spatial-temporal, territorial and memory relationship in the framework of representation of forced internal mobility in the Colombian armed conflict. The aim is to understand and interpret factors that determine the causes and consequences of forced internal mobility, making explicit the need to socialize knowledge about the social situation. The universe to be

^aEste estudo foi realizado pelo Grupo Colombiano de Análise do Discurso da Mídia (Minciencias-A, Universidad Nacional de Colombia) no âmbito do projeto “Peace and mobilities”, financiado pela União Europeia, Grant Agreement -101182968 - HORIZON-MSCA-2023-SE-01.

^bDoutora em Linguística Hispânica. Professora titular e pesquisadora do Instituto de Estudios en Comunicación y Cultura (IECO) e do Departamento de Linguística da Universidad Nacional de Colombia. Pesquisadora emérita (Minciencias-UNAL) e líder do Grupo Colombiano de Análisis del Discurso Mediático e do Observatorio Nacional de Procesos de Memoria (ONALME). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4206-9690>. Email: ngpardo@unal.edu.co

^cProfessor da Universidad Nacional de Colombia. Mestre em Linguística. Membro do Grupo Colombiano de Análisis del Discurso Mediático e do Observatorio Nacional de Procesos de Memoria (ONALME). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3872-283X>. Email: caarodriguezfl@unal.edu.co

analyzed is the visual digital macro-narrative on the Truth Commission's platform; the discursive sample is the interactive visual-graphic narrative, map, created by the Center for Spatial Research at Columbia University, through which the aim is to show how the representation of internal forced displacement is constructed between 1985 and 2021.

Keywords: Spatio-temporality, territory, forced displacement, internal armed conflict, Multimodal and Multimedia Critical Discourse Studies (MMCDS)

A ESPAÇO-TEMPORALIDADE É UMA realidade social construída com âncoras sócio-historicamente definidas, em cujo processo de produção e reprodução, seres e grupos humanos modificam permanentemente as formas de habitar territórios e estabelecer suas configurações no exercício do poder, assumindo os recursos simbólicos e materiais disponíveis; é uma construção contínua das atividades e das práticas humanas com suas determinações sobre as formas de mobilidade humana. De acordo com Lefebvre (2013), é na representação do espaço que concebemos e analisamos os eventos sociais e o ambiente físico, evidenciando sua integridade. O espaço não é objetivo, pois é sempre concebido por e para as pessoas; os espaços são, portanto, domínios políticos e de poder, que são representados na comunicação humana para organizar de forma significativa como as pessoas e as sociedades experimentam a espacialidade (De Certeau, 1996).

Na perspectiva de Massey (2005), o espaço é concebido como uma simultaneidade organizada de múltiplas trajetórias que são especificadas e complexificadas quando provêm de uma história conjuntural internalizada, e são construídas a partir de relações sociais múltiplas e particulares, que coexistem e se inter-relacionam em um determinado lugar. A espacialidade pode ser interpretada em termos de ação humana, articulada à capacidade do ser de materializar simbolicamente sua compreensão do território e das relações sociais que estão implícitas nele (Scollon, 2013). A produção semiótico-discursiva em torno do espaço e, por extensão, da espaço-temporalidade e da territorialidade, permite a recuperação das transformações sociais, expressas narrativamente, dando conta do papel dos atores sociais que reproduzem ou resistem a fenômenos como o deslocamento interno forçado. Quando afeta negativamente a vida de muitas pessoas na sociedade, estabiliza expressões que desconstruem a identidade e a linguagem.

Indivíduos ou grupos forçados a deixar seu território estão sujeitos a condições decorrentes de um contexto de violência e conflito que, como no

caso colombiano, incluem perseguição governamental; violência de natureza política, relacionada à ação ou omissão do Estado; vitimização derivada de crimes de atores armados legais e ilegais; condições socioeconômicas precárias, entre outros (Santos, 2020). Nessas circunstâncias, há urgência de sair; formas de fuga inevitável; e não retorno. O deslocamento interno forçado tem múltiplas causas associadas a outros crimes dentro do conflito, que afetam a integridade física, emocional e material das vítimas. “Quando há deslocamento forçado da população, isso não só gera medo e ansiedade nas comunidades, mas também afeta os direitos à alimentação, à moradia digna, ao trabalho e à educação, gerando vulnerabilidade para as comunidades que o sofrem” (“Entre janeiro e maio”, 2023, para. 7). Os danos não afetam apenas o bem-estar físico, socioeconômico e cultural das vítimas, mas também causa a elas sentimentos de desesperança, identidade desarraigada e perda de autoestima e a impossibilidade de lidar com a violência coloca os deslocados internos em uma situação de fraqueza sociopolítica e cultural. Em outras palavras, o deslocamento interno forçado na Colômbia exacerbou a vulnerabilidade de indivíduos e comunidades.

O Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (*Internal Displacement Monitoring Centre*, 2024), em colaboração com a *Unidad para las Víctimas* do governo colombiano, apresenta seu relatório anual sobre deslocamento interno forçado em todo o mundo, incluindo números atualizados para a Colômbia sobre o número total de pessoas deslocadas registradas: 293.000 vítimas em 2023. O Relatório Final da Comissão da Verdade (*Comisión de la Verdad*, 2022a) identifica os seguintes fatores que afetam as pessoas sujeitas ao deslocamento interno forçado: a persistência de atores armados legais e ilegais que disputam o controle regional no país; a disputa entre atores armados ilegais pelo controle das rotas de narcotráfico e tráfico de armas, entre outras ações; a ausência ou inação do Estado nas regiões que sofrem esse tipo de vitimização; o reforço e a proteção de megaprojetos produtivos por meio de processos de militarização, que incluíram exercícios de força para a desapropriação de territórios. Os crimes associados ao deslocamento interno forçado incluem: ameaças; perdas socioeconômicas, culturais e educacionais; assassinatos seletivos; desaparecimento forçado; massacres; recrutamento forçado; crimes contra a integridade sexual; e desapropriação de territórios, entre outros (“Registro Único de Víctimas”, 2024).

O deslocamento interno forçado na Colômbia, vinculado ao conflito armado, que já dura mais de sete décadas, impôs o deslocamento interno forçado determinada pela necessidade de defender a vida em meio a ações de conflito e operações de limpeza territorial. Esse fenômeno está ligado,

no país, a ações que levam à apropriação ilegal de territórios, atos nos quais se entrelaçam grupos armados ilegais, empresários e, às vezes, consórcios internacionais, estes últimos interessados na exploração de recursos naturais. Somam-se a isso os crimes cometidos por organizações a serviço do Estado, como cartórios utilizados para conferir títulos em benefício de autores legais e ilegais, e a falta de recursos legais sob a responsabilidade do Estado para garantir a posse da terra para comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas, o que levou a um longo processo de expropriação violenta de territórios no país.

De acordo com Hernández et al. (2017), as modalidades de expropriação de territórios no país incluem a apropriação direta da terra sob ameaça, assassinatos e massacres; a usurpação por meio de recursos legais; e formas de desapropriação mista, em que ambas as modalidades estão envolvidas. Essas formas de procedimento, na ausência ou com a cumplicidade do Estado, levaram a uma profunda insegurança para a defesa e a posse dos territórios; à informalidade legal; e criaram um ciclo desumanizador com a expulsão e o reassentamento precário de comunidades historicamente marginalizadas no país.

Também tem sido comum no país o incentivo ao conflito entre grupos afetados pelo deslocamento interno forçado, fomentando desarticulações para a construção de ações de resistência coletiva. Segundo Téllez e Balcells (2022), o entrelaçamento crítico de afetos para os grupos submetidos a esse tipo de vitimização deve ir além da ordem jurídica estabelecida nos mandatos dos Acordos de Paz (Colômbia, 2016), para se materializar em ações ligadas à restituição e ao retorno legal dos territórios das vítimas do conflito; até o momento, essa ação do Estado é lenta, incompleta e limitada. Após a promulgação da Lei das Vítimas (Ley 1448, 2011), até o momento apenas 665.000 hectares foram restituídos, o que representa 10,5% da meta inicial: 6,5 milhões de hectares (“La restitución de tierras”, 2024), uma cifra que mostra a precariedade da aplicação da norma e das ações do Estado para atender com eficiência ao processo de solicitação, aceitação e devolução de territórios às vítimas.

ESPAÇO-TEMPORALIDADE E TERRITORIALIDADE: NARRATIVAS DE DESLOCAMENTOS FORÇADOS E SUA ANCORAGEM COM AS MEMÓRIAS

A representação do deslocamento interno forçado está ancorada nas formas pelas quais o conhecimento, as experiências e as emoções sobre os fatos da

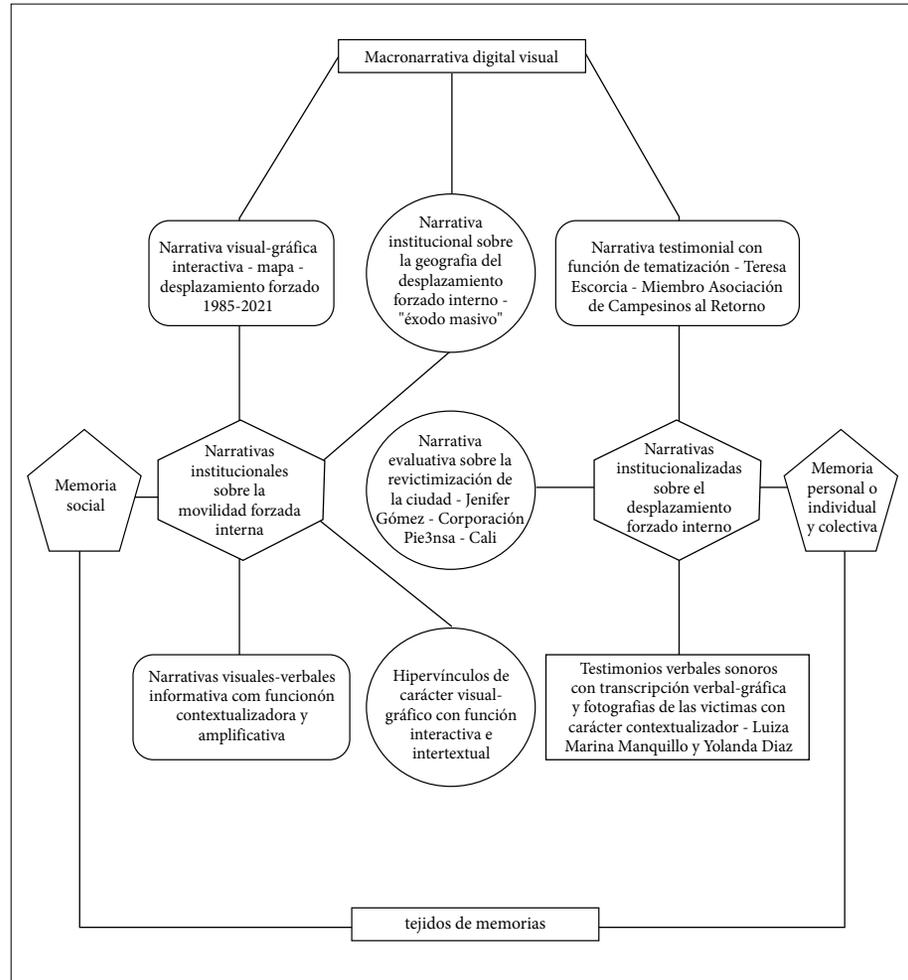
vitimização são socializados, expressos em narrativas que circulam, no caso do objeto de estudo, pela mídia na plataforma da Comissão da Verdade, tecendo memórias que se espera que sejam compartilhadas e estabilizadas na sociedade. As narrativas multimodais e multimídia sobre o deslocamento interno forçado têm seu cerne nas espaço-temporalidades e sua conexão com a territorialidade, deixando rastros da relação entre o ato de violência vivenciado e como isso leva a formas de vitimização, em que o sujeito é forçado a deixar seu local de origem, seus pertences, seus vínculos culturais, suas afiliações afetivas sociais e familiares, entre outros. A conexão entre os múltiplos pontos de vista expressos nos testemunhos, as formas de convencionalização ancoradas na institucionalização e o registro do deslocamento forçado criam uma narrativa compartilhada que faz parte dos processos de memorialização.

A conexão entre as narrativas das mobilidades internas forçadas e a tecelagem de memórias é possível por meio das trajetórias de significado que enquadram o fenômeno, buscando no processo de interlocução criar uma compreensão mais direta e próxima. Espaço-temporalidade e territorialidade adquirem novos significados por meio das percepções, emocionalidades e apropriações que indivíduos e coletivos materializam semioticamente-discursivamente (Battistini & Mondino, 2017; Pezzini, 2024). A representação do deslocamento interno forçado vem da articulação e do reconhecimento da representação de atores individuais, atores coletivos, práticas, recursos materiais e simbólicos em redes e vínculos específicos relativos ao deslocamento interno forçado. Como Pierce (2022) aponta, o espaço é dinâmico e estriado, o que exige a apropriação de categorias como extensão, dimensionalidade e contexto relacional para explicar como os atores propõem a mobilidade forçada de pessoas que foram deslocadas. O uso dessas categorias, dentro da estrutura de um exercício interdisciplinar, tem como objetivo destacar a narrativa verbal-visual das vítimas e as maneiras pelas quais elas são capturadas na narrativa visual interativa – o mapa –, onde o deslocamento interno forçado é reconstruído.

A macronarrativa visual digital (Figura 1), nessa reflexão, é entendida como um conjunto de unidades semiótico-discursivas em uma relação semântico-pragmática de amplificação e integralidade, por meio da qual um processo persuasivo é gerado, no qual são elaboradas recontextualizações e ressemantizações do deslocamento interno forçado. As construções narrativas ampliam as rotas de significado produzidas e materializadas na plataforma da Comissão da Verdade (Comisión de la Verdad, 2022b), em relação ao deslocamento forçado e seus recursos de interação.

Figura 1

Macronarrativa digital sobre mobilidade interna forçada na plataforma da Comissão da Verdade



Nota. Elaboração própria.

As memórias em uma sociedade articulam os conceitos de memória individual ou pessoal, memórias coletivas e memória social como um tecido, que se inter-relacionam no espaço-tempo; em um determinado momento do processo, há uma necessidade social de retransmitir o conhecimento acumulado e complexo de eventos passados, que começam a encontrar espaços de rememoração na mediação e midiaticização. A macronarrativa digital é concebida, produzida e socializada com a expectativa de distribuir conhecimentos, crenças e atitudes, dando lugar à midiaticização que abre possibilidades para a formulação de

memórias, esquecimentos e silêncios; dessa forma, é gerada a conexão entre as narrativas e a tecelagem de memórias.

Partimos da hipótese de que a memória pessoal funciona e se expressa ao corresponder, a partir da subjetividade, a uma espaço-temporalidade que se atualiza no aqui e agora, com sua projeção, ancorada no ser que experimenta ou vive um evento em seu território, enquanto a memória coletiva é uma atividade sociocomunicativa, expressão e força vinculante da identidade grupal. Desse ponto de vista, a memória coletiva permite atender às necessidades que são articuladas a comunidades específicas, afetadas de diferentes maneiras e em graus variados pela violência e pelo trauma na sociedade, a fim de construir e interpretar o passado (Lewicka, 2008). Atualizando Halbwachs (2004), a memória coletiva é o conjunto de arcabouços que potencializam a memória individual, na medida em que reproduz e renova a memória do grupo ao qual a pessoa está vinculada; essa memória se caracteriza porque os membros de um grupo interagem em diferentes formas de organização para elaborar suas narrativas, atualizando-as em contextos sociais diversos, atravessados pela vida cotidiana. Isso reforça a ideia de que a articulação entre a memória individual e a coletiva se situa em diferentes níveis dos sistemas de comunicação, gerenciando formas de consciência social situada que se unem quando indivíduos ou pessoas se percebem como membros de um coletivo.

A complexidade da distribuição da memória em uma sociedade atinge um nível diferente de interação quando o grupo ancora suas formas de conhecimento em processos de comunicação apoiados por tecnologias de comunicação e informação, dando lugar à memória social. A memória social, por seu caráter mediatizado e institucionalizado, cria as condições para valorizar e explicar os eventos traumáticos, objeto de reflexão sobre o passado e fonte de aprendizado para a compreensão da realidade social, a partir de uma visão analítica e crítica (Orianne & Eustache, 2023). Segundo Verberg e Davis (2011), as memórias atualizam e mobilizam ações sociais, buscando resolver, até certo ponto, injustiças históricas, projetando futuros de paz e humanizando modos de vida, ao mesmo tempo em que articulam conhecimentos, experiências e axiologias organizadas e estruturadas com o propósito de dar sentido aos fatos de violência ocorridos. Essa conjunção confere às memórias um caráter dinâmico, orientando as metas e os objetivos compartilhados pelos grupos sociais.

As memórias são estruturas de conhecimento organizadas e hierarquizadas por seres e coletivos que assumem a forma de arcabouços cognitivos, determinando as maneiras pelas quais os indivíduos percebem e dão sentido ao mundo, desenvolvendo a capacidade de tomada de decisão do agente social, que é explicitada na psicologia. O caráter cognitivo das estruturas vem de seu

potencial de organizar atitudes, conhecimentos, crenças e comportamentos, determinando a forma de processar, articular, dar coerência, analisar e interpretar o conhecimento que circula coletivamente. Nesse processo, a capacidade criativa é gerenciada, derivando em processos integrativos que organizam o conhecimento socializado para conectá-lo a outros, articulando um tecido de experiências e testemunhos e constituindo redes conceituais dentro de estruturas cognitivas. As estruturas deixam traços de caráter individual, habilidades práticas, valores e princípios éticos e estéticos que marcam os processos de interação humana; outros fatores sociais que são articulados são a educação, as diferenças culturais, as formas de apropriação de normas e as formas de socialização, construção e criação de linhas de interpretação por meio da mídia de massa, em sua função de instituição socializadora e, em geral, as instituições que distribuem conhecimento na sociedade. Todos esses elementos sociopolíticos e culturais determinam modos de conhecimento e formas de organização de estruturas cognitivas, sem esquecer a influência na ação social dos agentes envolvidos.

Um ponto central nessa reflexão inclui a ideia de que os quadros cognitivos organizam as representações no espaço-tempo e na territorialidade, dando origem à possibilidade de gerar relações topológicas nas quais se conectam trajetórias que dão conta de desconexões-conexões, presenças-ausências, continuidades-descontinuidades, organizações lineares e não lineares, relações entre seres, eventos, objetos, entre outras categorias. Parte-se do pressuposto de que as formações topológicas, situadas espaço-temporalmente, permitem reconhecer os movimentos e trânsitos dos agentes sociais, com suas formas de agir e se inter-relacionar; e identificar um conjunto típico de percursos de vida das vítimas, materializados em múltiplas narrativas. Trata-se, portanto, de explicitar e verificar como, em situações de conflito interno, ocorrem transformações ou se formulam alternativas de vida e convivência como expressão de projetos desejados, formulados ou incipientemente apropriados para desenvolver outros modos de vida centrados na paz e no diálogo que isso impõe, para os lugares estruturalmente ou parcialmente afetados pela violência.

EXPLORANDO ROTAS

O *corpus* foi selecionado com base nos critérios temáticos: mobilidade interna forçada em interação com a espaço-temporalidade, a territorialidade e as memórias, que assumem a forma de uma expressão semiótico-discursiva, comunicativa e interativa. A exposição é composta pela narrativa visual-gráfica

interativa, o mapa, produzido pelo Center for Spatial Research da Universidade de Columbia (Comisión de la Verdad, 2022b). As topologias de mobilidade interna forçada no mapa são analisadas e interpretadas e articuladas contextualmente com as narrativas visual-verbal, visual-gráfica, verbal-oral e audiovisual que compõem a plataforma de deslocamento forçado da Comissão da Verdade (Comisión de la Verdad, 2022b), para desvendar os significados e sentidos capazes de promover múltiplas perspectivas em relação ao deslocamento interno forçado no país.

O método envolve: (i) Contextualizar e estabelecer as relações semântico-pragmáticas que dão unidade e coerência às narrativas que compõem a macro-narrativa visual digital; (ii) Observar o uso de recursos semiótico-discursivos, pontuando as relações topológicas e sua função mnemônica, articuladas às memórias específicas do conflito interno na Colômbia; (iii) Analisar a dimensão simbólico-comunicativa das narrativas institucionais e institucionalizadas para inferir a construção de identidades, que envolve o conjunto de crenças e axiologias sobre si mesmo e sobre os “outros”; e (iv) Reconhecer a situação comunicativa e as formas socio-discursivas de proceder que na plataforma dão lugar à interação, garantindo a tomada de decisões impostas em relação à mobilidade interna forçada.

Para analisar as representações do deslocamento interno forçado, são recuperados locais-chave dentro dos dados de deslocamento forçado e suas implicações; os espaços são caracterizados por atributos que determinam o movimento forçado e as expectativas que criam a mobilidade representada; são descobertas relações entre deslocamentos, suas características e movimentos; e são agregadas trajetórias e intervalos de tempo. A reconstrução do panorama da mobilidade humana forçada na Colômbia nos permite verificar que a mobilidade nem sempre é voluntária e que a mobilidade humana voltada para o investimento de capital é um privilégio de determinados setores sociais. O fluxo pelos espaços globais é, portanto, seletivo e, quando não o é, incorpora violações dos direitos humanos. A narrativa visual-gráfica interativa, o mapa, nos permite reconhecer trajetórias de mobilidade involuntária e forçada entre 1985 e 2021, indicando que na Colômbia há mais de 200 municípios que foram seriamente afetados por esse fenômeno sociopolítico. A observação da geografia do deslocamento interno forçado permite verificar que as violações que constituem o deslocamento interno forçado no território nacional concentram-se na zona andina e em alguns setores da Costa Atlântica como territórios de recepção onde predominam formas de localização periférica das populações e, conseqüentemente, sujeitas a novas formas de vitimização: racismo, discriminação, exclusão socioeconômica e política, entre outras.

CONSTRUÇÃO DA MACRONARRATIVA DIGITAL-VISUAL

A abordagem conceitual e midiática da plataforma da Comissão da Verdade (Comisión de la Verdad, 2022b) integra a centralidade da midiática na explicação das trajetórias digitais, permitindo reconhecer que o complexo processo de construção da paz advém da exploração do lugar midiático na tela e dos recursos tecnológicos e simbólicos das mobilidades forçadas internas, ancorados nos processos de memorialização em duas perspectivas: na primeira, explora, por meio de trajetórias, como as mobilidades são organizadas, projetadas e classificadas em estruturas cognitivas, espaço-temporais e mnemônicas; na segunda, apropria-se da relação entre a representação espaço-temporal e as narrativas multimodais e multimídia, como um conjunto de recursos tecnológicos que são incorporados simbolicamente. Isso confere um caráter simbólico ao que é expresso e interpretado em dinâmicas midiáticas, contextualizadas sócio-historicamente e geradoras de memórias em inter-relação. O sentido de resistência é inserido, dinamizando as interconexões simbólico-materiais e as axiologias ético-morais que dão lugar a uma macronarrativa, articulada à verdade como princípio básico para a reparação integral na construção da paz. Supõe-se que a macronarrativa seja expressa na inter-relação de gêneros que incluem:

- (i) Um vídeo gif articulado a uma narrativa visual-gráfica e visual-verbal institucional e a uma narrativa visual-gráfica, visual-verbal e verbal-oral com função contextualizadora e probatória, que enfoca o deslocamento interno forçado por meio de um testemunho que destaca a causa estrutural ligada ao conflito, e a tematização em resposta à representação midiática do fenômeno: “*Foi por isso que saímos, não porque fomos vendidos à força, mas porque, para nós, não queríamos sair de lá. Mas eles nos tiraram de lá. . .*” (Teresa Escorcía Guevara, membro da *Asociación de Campesinos al Retorno*).
- (ii) Uma narrativa visual-verbal informativa com função contextualizadora.
- (iii) Mapa ou narrativa visual-gráfica e interativa, por meio da qual é possível recuperar as temporalidades espaciais dos eventos traumáticos e articulá-los com sua localização territorial, além de georreferenciar o deslocamento interno forçado. O mapa é visualizado de várias maneiras para reconhecer as rotas das pessoas em deslocamento interno forçado: primeiro, recuperando as trajetórias e as rotas das pessoas em duas dimensões, referenciando pontos de origem e pontos de destino, articulados com recursos de interação por meio de cliques que abrem um painel com informações visuais e verbais complementares; essa primeira visualização é o objeto desta reflexão. Em segundo lu-

gar, por meio de uma animação em vídeo que explica como são produzidos e representados os fluxos espaço-temporais e suas convenções, registrando alguns dos eventos de vitimização mais importantes dentro do conflito; com uma função complementar; e em terceiro lugar, a visualização interativa de uma amostra de 200.000 eventos codificados, que podem ser classificados por meio de critérios como: os atores envolvidos, a data, o gênero e a etnia das pessoas vitimadas. O mapa, portanto, permite recuperar a relevância das narrativas para explicitar as relações que vão dos eventos traumáticos às memórias individuais e coletivas e à construção de uma memória social que dá origem à consolidação de uma memória histórica transversal sobre todas as formas de socialização do conhecimento sobre as ações e as consequências do conflito interno.

- (iv) Dois testemunhos visuais-gráficos, visuais-verbais e verbais-sonoros que incluem: a ameaça, o uso da força por meio de armas e a revitimização e uma narrativa visual-gráfica e um testemunho visual-gráfico, visual-verbal e verbal-sonoro que propõe um ponto de vista sobre as consequências do deslocamento do campo para a cidade.
- (v) Uma narrativa visual-verbal explicativa que amplia o sentido do mapa, apontando os diferentes tipos de mobilidades, localizando no centro as cidades que são o eixo do processo de recepção de pessoas, enquanto aponta como as regiões mais periféricas do país desempenham papéis semelhantes em meio à crise humanitária imposta pelo deslocamento interno forçado.
- (vi) Um vídeo audiovisual curto, que representa a linha do tempo que inclui os crimes de desapropriação de terras associados ao recrutamento forçado, o êxodo com assentamento em condições precárias, o que implica a luta pela sobrevivência e, finalmente, uma petição ao Estado em defesa dos direitos das vítimas. O vídeo tem uma função de contextualização, evidência e petição.
- (vii) Hiperlinks visuais gráficos com função interativa para o portal Conflict Urbanism: Colombia (Center for Spatial Research & Universidad de Los Andes, 2019) e ao volume “Hasta la guerra tiene límites” do relatório final da Comissão da Verdade (Comisión de la Verdad, 2022a) com função intertextual e orientadora do conhecimento relevante, articulado a um processo interpretativo não sequencial.

A exposição, centrada na narrativa visual interativa, mapa, é caracterizada por uma organização para sua navegação no espaço digital, permitindo que seus

interlocutores realizem diferentes ações dentro da própria narrativa. O caráter interativo advém das formas como a agencialidade dos usuários dá origem à construção de diversas narrativas e enredos, destacando o interesse do interlocutor; é também um recurso que abre a possibilidade de realizar diversos percursos iterativos, que convidam à conexão permanente com o contexto. O conjunto de operações potenciais realizadas com a narrativa visual interativa, ou mapa, cria cenários para recuperar as narrativas testemunhais, passando pela construção coletiva do conhecimento sobre o deslocamento interno forçado construída a partir de localidades, cidades, municípios e regiões.

A macronarrativa que entrelaça a memória individual, coletiva e social é expressa nas formas de narração que envolvem a nação em sua diversidade étnica e cultural, regulada pelos princípios organizacionais, ético-políticos e legais que dão lugar à construção da memória social. A sociedade se torna o destinatário que infere uma narrativa institucionalizada e narrativizada, por meio da qual se estruturam os eixos que determinam a formação de estruturas de conhecimento, conteúdos e formas de inter-relacionar a narrativa que contém memórias pessoais e coletivas. Isso cria uma forma de conhecimento articulada a processos normativos, nos quais se instalam marcos cognitivos que atendem interesses sociopolíticos, culturais e econômicos, entre outros, cuja finalidade orientadora determina formas de transitar, em uma perspectiva relativamente homogênea, o conhecimento e a ação social.

Como apontam Caquard e Dimitrovas (2017), a representação das trajetórias de deslocamento interno forçado envolve a recuperação não apenas das rotas e mobilidades incorporadas à agência humana, mas também das emoções e percepções envolvidas nessas trajetórias, associadas às narrativas que acompanham o mapa e compõem a macronarrativa visual digital. A narrativa visual-interativa articula fatores inferíveis em um caráter fixo, hierárquico e quantificador na elaboração do mapa em suas diferentes dimensões. O mapa, além de geolocalizar pontos associados que recuperam mobilidades entre territórios, gerencia com seu contexto a espaço-temporalidade com seus processos de memória, a forma como a macronarrativa visual digital é estruturada e a representação dos seres envolvidos. O estabelecimento das relações que gerenciam a macronarrativa digital visual na plataforma digital da Comissão da Verdade permite recuperar a conexão com as emoções, lógicas e práticas espaço-temporais estabilizadas na organização estrutural da interface, cuja função é normatizar e gerenciar funcionalmente o conhecimento socializado.

No geral, é possível verificar práticas que dão relevância às relações emocionais, às causas, às consequências e às ações passadas e presentes em territórios específicos; as emoções permitem aprimorar a interação humana, são criadoras

de experiências positivas, evidenciadoras de experiências negativas, processos avaliativos ou que promovem gratificação, criatividade, comprometimento e satisfação (Winkler et al., 2022), potencializando transformações pessoais e coletivas. São, portanto, estados subjetivos e intersubjetivos, que criam ambientes e condições que envolvem sentimentos expressos em manifestações, experiências e eventos significativos. Na contextualização das narrativas de deslocamento interno forçado, as memórias que são atualizadas nas narrativas nos permitem compreender os processos e os campos da vida individual e social que articulam a inter-relação entre o outro e seu ambiente social com as memórias, capazes de atualizar as emocionalidades. As emocionalidades criam formas de narrar moldando o passado, lembrando e projetando o futuro, para o qual as memórias e os silêncios são amplificados, suspensos ou suprimidos para facilitar a ordenação, a canalização, a retenção e a evocação de emoções capazes de gerenciar o conhecimento, as afiliações, as solidariedades e a ação coletiva.

CONSTRUÇÃO DAS TOPOLOGIAS: LENDO ESPAÇO-TEMPORALIDADE

O mapa como narrativa visual-gráfica e interativa projeta relações de diferentes tipos que articulam a ação situada dos seres e suas decisões em torno do deslocamento interno forçado. Isso é representado com base em modelos, visualizados como topologias, que representam redes e conexões que materializam graficamente as múltiplas trajetórias do deslocamento interno forçado. As topologias têm uma dupla função: por um lado, uma função semântico-pragmática de expansão, a fim de tornar explícita a ação social localizada, ou seja, para ampliar as informações, com relação a: (i) extensão: distâncias percorridas pelos seres que sofreram esse tipo de vexame; (ii) dimensionalidade: escala em que ocorre, seja em nível local, regional ou nacional; e (iii) contexto relacional: processos e eventos a partir dos quais essas mobilidades ocorreram. Por outro lado, a relação lógica cria sentidos e significados entre as trajetórias em termos de proximidade ou afastamento, e sua densidade, o que permite estabelecer a proporção de relações e a concentração de redes nos pontos de chegada e partida. Esse conjunto de relações permite estabelecer a representação do deslocamento interno forçado, de modo a demonstrar percepções e conhecimentos que buscam se estabilizar na memória social, contribuindo para a construção de significados ligados à paz.

Na exposição focada na narrativa visual-gráfica e interativa, mapa, as relações topológicas expressas em termos de unidades gráficas visuais semiótico-discursivas, as trajetórias, constroem quatro tipos de formações: malha, triângulo, ponto a ponto e estrela. Essas representações de mobilidades não

regulares, cuja organização hierárquica é derivada da construção da plataforma, nos permitem inferir a compreensão de interseções, cruzamentos e sobreposições espaço-temporais, para derivar possíveis interpretações sobre a complexidade dos deslocamentos e a experiência vivida das pessoas que sofreram vitimização. A topologia fornece uma maneira de conectar os territórios, com seus atores, ações e objetos, às narrativas que determinam contextualmente os significados e sentidos do mapa, contribuindo para a construção de uma perspectiva intersubjetiva, que relativiza a posicionalidade para relacioná-la à conjunção de memórias.

O marcador semiótico-discursivo da cor é um recurso para conectar emoções, conceitos, formas de interação e processos de persuasão. Embora a articulação cor-símbolo seja subjetiva, contextual e, em geral, articulada a crenças coletivas, ela constrói na narrativa visual interativa, no mapa e na plataforma, sentidos articulados a associações culturais e pessoais que contribuem para evocar reações psicobiológicas (Schloss, 2024). O fundo preto do mapa é associado na Colômbia a uma sensação de dor, morte, ocultação e marca um nível de formalidade social. O mapa se apropria sistematicamente das cores branca e laranja para representar as trajetórias de partida e chegada, o que implica os processos imaginários e criativos daqueles que são forçados a criar uma expectativa de futuro em um território estrangeiro.

No mapa, as trajetórias são materializadas em modelos topológicos, expressando de forma semiótico-discursiva os graus de contiguidade e disjunção entre as populações/municípios de origem e de acolhimento. Na Colômbia, o deslocamento intrarregional e interurbano envolveu cerca de 50% da população vitimada, com pequenos centros urbanos ou cidades intermediárias como centros de chegada. Quando o deslocamento interno forçado envolveu um deslocamento considerável entre o centro de partida e o centro de chegada, ele é considerado uma trajetória espaço-territorial na qual o deslocamento envolveu grandes rupturas socioculturais. A abordagem das topologias, em conjunto com as demais narrativas presentes na plataforma da Comissão da Verdade sobre o deslocamento forçado, emolduradas nas teias de memórias, enseja a construção de um percurso metodológico que possibilita a realização do processo analítico-interpretativo para desvendar os significados e sentidos capazes de promover perspectivas múltiplas e críticas em relação aos processos de mobilidade interna forçada.

O mapa estabelece uma relação direta com a narrativa verbal-gráfica institucional do título que orienta sobre as formas como se deu o “êxodo” forçado massivo de pessoas vítimas do conflito e produz uma avaliação.

Traçar as linhas de uma geografia do deslocamento forçado

O deslocamento forçado tem dilacerado povos e comunidades em toda a Colômbia desde o início do conflito armado e, particularmente, nos últimos trinta anos. O êxodo em massa de pessoas que buscavam escapar dos horrores da guerra resultou em cerca de oito milhões de vítimas e se tornou uma dinâmica que não se limitou às áreas rurais do país. (Comisión de la Verdad, 2022b)

A topologia associada à narrativa institucional é a de uma malha, na qual ocorrem cruzamentos, confluências e fluxos de rede que atravessam todo o mapa e permitem demonstrar que o conflito territorial foi multivetorial e multidirecional. Isso implica a necessidade de recuperar no mapa outros tipos de topologias mais específicas que representem eventos específicos ocorridos no âmbito do conflito. Como pode ser visto nessa topologia, o objetivo, ancorado na narrativa institucional, é demonstrar que o deslocamento interno forçado na Colômbia teve múltiplas rotas e que a mobilidade forçada no país atravessa diversas territorialidades urbanas e rurais (Figura 2).

Figura 2

Topologia de malha, com base no mapa de deslocamento formado.



Nota. Comisión de la Verdad (2022b).

A narrativa institucional no cabeçalho da plataforma é ampliada com uma narrativa verbal-oral gráfica do testemunho de uma vítima de deslocamento interno forçado, que é atravessada por vários marcadores emocionais, como “à força saímos/não queríamos ter saído”, cujo significado está ancorado em conceitos como “impotência” ou “dor” em torno da perda e do desenraizamento do território. Quando a vítima expressa “mas eles nos tiraram”, isso constitui um marcador emocional que implica medo e temor ligados à violência, e aponta imediatamente para as consequências de não cumprir as diretrizes do ator violento “...ou se eles não tivessem nos matado, estaríamos mortos hoje...”, apontando novamente para “impotência” e “dor”, que relacionam o conhecimento prévio com o conhecimento que a vítima atualiza quando realiza a ação de testemunhar (Figura 3).

Figura 3

Narrativa testemunhal de Teresa Escorcía G, na tematização da plataforma sobre deslocamento interno forçado



“Foi por isso que saímos, não porque fomos vendidos à força, mas porque, para nós, não queríamos sair de lá. Mas nos tiraram de lá... ou se não tivessem nos matado, estaríamos mortos hoje . . .”

Teresa Escorcía Guevara
Vítima de deslocamento. Membro da Asociación de
Campesinos al Retorno

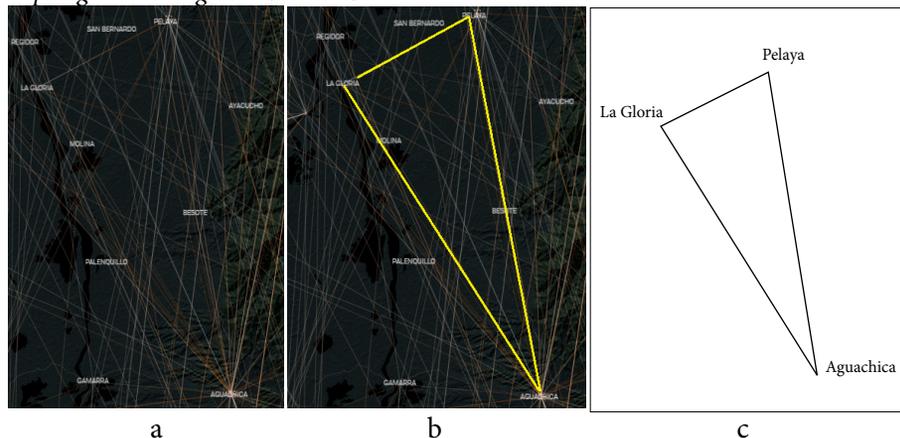
Nota. Comisión de la Verdad (2022b).

A narrativa emocionalmente transversal, em conexão com os gestos da vítima, tem o propósito de desafiar o caráter representacional da mídia de massa que tem sido socializado sobre o deslocamento interno forçado de forma imprecisa ou falsa, ocultando a ação criminosa de múltiplos atores, incluindo o Estado a serviço da desapropriação de terras, como nesse caso, dos camponeses.

O testemunho de Teresa Escorcía, membro da Asociación de Campesinos al Retorno, pode ser contextualmente relacionado aos eventos que ocorreram em Sur del Cesar, particularmente na Hacienda Bellacruz (agora chamada Hacienda La Gloria), da qual cento e setenta e cinco (175) famílias foram deslocadas pelos paramilitares da Frente Héctor Julio Peinado das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC); Após sua desmobilização, a terra foi adquirida por empresas africanas de óleo de palma, cujo atual proprietário é Germán Efromovich, ex-proprietário da Avianca (“Reclamantes de la Hacienda”, 2024).

A agressão paramilitar contra os camponeses levou, entre outras ações, à saída de um grupo importante de famílias do país, via Bogotá, e à transferência de outras para fazendas em outros departamentos, como Tolima e Norte de Santander. Após a incursão paramilitar, os camponeses da Hacienda se refugiaram em municípios próximos, como Pelaya e Aguachica (Comisión de la Verdad, 2022a). A mobilidade interna na região de Sur del Cesar, entre 1996 e o presente, gerou trajetórias que configuram vetorialmente formações triangulares: as vítimas se mobilizaram até chegar às capitais municipais, de onde se rearticularam para realizar ações reivindicatórias, com o objetivo de ter suas terras restituídas, por meio de sua organização, em coletivos como a *Asociación de Campesinos al Retorno* (ASOCADAR). A topologia triangular é evidência de um deslocamento de caráter local e de extensão relativamente curta (Figura 4).

Figura 4
Topologia de triângulo – Sur del Cesar



Nota. Comisión de la Verdad (2022b); Elaboração própria.

A narrativa verbal e gráfica que acompanha o mapa mostra, por um lado, a diversidade e a heterogeneidade das mobilidades para indicar que Bogotá,

Medellín e Santa Marta se tornaram as cidades com maior capacidade de receber vítimas de deslocamento interno forçado; por outro lado, mostra como lugares periféricos distantes do centro do país também se tornaram locais de recepção. A narrativa revela uma geografia de deslocamento forçado que é dinâmica, não apenas por meio de suas trajetórias e topologias, mas também pelas formas como as narrativas testemunhais começam a se articular. Por exemplo, de acordo com o painel de informações que acompanha o mapa de Santa Marta, entre 1985 e 2015, 142.341 pessoas deslocadas chegaram e 59.036 pessoas sofreram deslocamento intraurbano.

Após a narrativa visual-interativa, são formuladas duas narrativas, depoimentos emocionalmente articulados das vítimas, que nos permitem recuperar dos rostos femininos e de sua corporeidade expressões de nostalgia, que conectam o território e a experiência de vida com a expressão do gesto das mãos unidas para frente, no colo ou na virilha, que pode ser lido como uma atitude reprimida, ansiosa ou negativa, constituindo também uma atitude de defesa (Pease & Pease, 2008). Os rostos nos permitem recuperar marcadores semiótico-discursivos, tais como: a testa franzida, as linhas verticais na glabella, os olhos estreitados, a configuração do sulco nasolabial, o alongamento horizontal dos lábios e a marcação das rugas ao redor da boca. A dor articulada à perda do território e suas condições socioafetivas e culturais são formuladas como uma experiência individual e coletiva (Figura 5).

Figura 5

Narrativas de testemunho de vítimas de deslocamento forçado

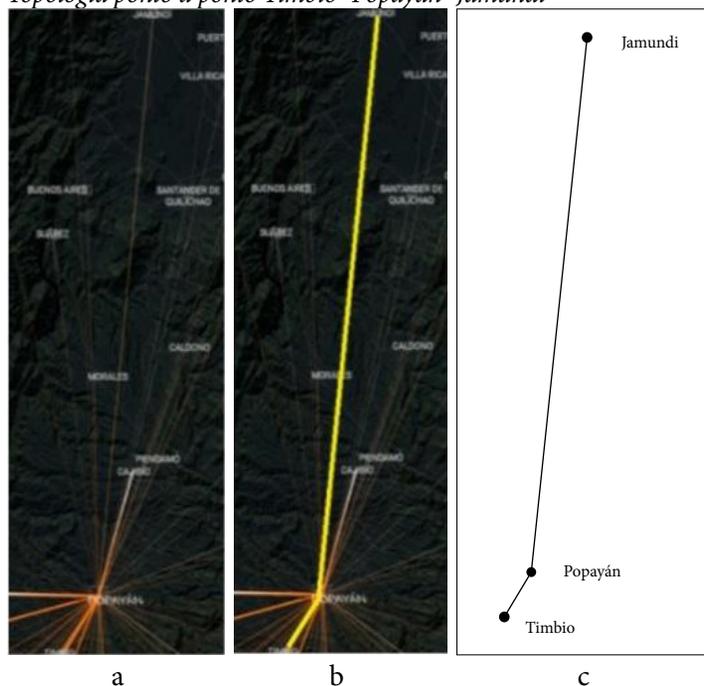


Nota. Comisión de la Verdad (2022b).

A narrativa de Luz Marina Manquillo evidencia sua saída do território, localizado em uma área rural, para a cidade; contextualmente, essa trajetória pode ser representada como ponto a ponto, embora não seja possível identificar no depoimento o ponto de partida e o ponto de chegada. A narrativa de Yolanda

Diaz está localizada em Timbío, departamento de Cauca; esse município tem recebido vítimas, mas, ao mesmo tempo, a população do município tem sido vítima de deslocamento interno forçado, o que estabelece uma relação vetorial bidimensional com outros municípios da região. No município de Timbío, ocorreram mais de dez mil eventos de vitimização, dos quais mais de 70% estão ligados ao deslocamento interno forçado, articulado com outros crimes, como desaparecimento forçado, homicídio e sequestro (“Registro Único de Víctimas”, 2024). No caso de Yolanda Diaz, contextualmente, sua trajetória incluiu sua partida em 2002 de seu local de nascimento para o município de Jamundí (Valle del Cauca), após a venda forçada de sua propriedade devido à presença e à ação de guerrilheiros e paramilitares na área. A partir da conexão com a narrativa visual interativa, pode-se inferir que a trajetória entre o ponto de partida e o ponto de chegada é expressa em uma relação topológica ponto a ponto, que inclui um trânsito intermediário pela cidade de Popayán. Essa relação topológica é descontínua e inter-regional por natureza, o que implica uma extensão e uma escala maiores (Figura 6).

Figura 6
Topologia ponto a ponto Timbío- Popayán- Jamundí



Nota. Comisión de la Verdad (2022b); Elaboração própria.

Popayán, juntamente com outros municípios relevantes do departamento, são centros de recepção de populações deslocadas pelo conflito por diferentes razões: a presença histórica e permanente de grupos armados legais e ilegais; ações violentas para controlar o território; e a construção de megaprojetos de mineração e agricultura envolvendo empresas nacionais e transnacionais, devido à posição geoestratégica do departamento de Cauca e do Valle del Cauca, devido à sua proximidade com o oceano Pacífico. Entre as consequências do deslocamento interno forçado para as comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes estão a precariedade de seus meios de subsistência, a exclusão socioeconômica produzida pela acumulação de terras pelas elites, a localização em novos territórios onde não são geradas raízes e a impossibilidade de retorno devido à complexa situação de guerra interna na região. As mulheres constituem o núcleo das vítimas, tornando-se chefes de família devido à morte ou ao recrutamento de seus parceiros e filhos (Luque, 2016). Como se vê na Figura 7:

Figura 7

Narrativa visual avaliativa



Nota. Comisión de la Verdad (2022b).

Na narrativa visual avaliativa de Jenifer Gómez, Corporación Pi3nsa Cali, a jovem líder contribui para dar uma dimensão sociocultural e política à

vítima, para consolidar o senso de revitimização. A avaliação é um núcleo para explicar a complexidade do fenômeno representado na narrativa visual. “Eles saíram da guerra e do conflito no campo, mas não sabiam que talvez fossem encontrar um leão maior aqui na cidade, então isso fez com que eles ainda estivessem sobrevivendo ao conflito que encontraram na cidade”. (Comisión de la Verdad, 2022b)

O design lógico da narrativa avaliativa inclui o ponto de vista de um *insider* ou especialista, de modo que a metáfora “eles iam encontrar um leão maior aqui na cidade” cria uma correlação semântica com a guerra: eles saem da guerra no campo - chegam à guerra “maior” na cidade. Embora as informações sobre os tipos de guerra não sejam desenvolvidas, revelam categoricamente que o conflito no campo é atroz, e que na cidade o grau de complexidade é ampliado para dar à vítima a inevitável condição de sobrevivente no campo e na cidade: dupla vitimização. A coesão da narrativa de Jenifer Gómez é estabelecida a partir do papel sustentado e dimensionado por sua corporeidade. Sua posição como conhecedora permite que ela explique, a partir de significados muito específicos, a verdadeira condição das pessoas que sofrem deslocamento interno forçado e escolhem a cidade como refúgio: a outra guerra, dimensionalmente distinta. A posição das mãos é um gesto que faz parte do vínculo com o outro, a relacionalidade, criando um senso de interação. A elevação dos pulsos e o cruzamento dos dedos indicam uma posição de domínio cognitivo, que, como ativista e especialista, ela expressa com a maneira como cruza as mãos e os dedos, e que se concretiza verbalmente em: “mas eles não sabiam que talvez fossem encontrar um leão maior aqui na cidade”.

A narrativa verbal-gráfica subsequente, que contextualiza e amplia, conecta a geografia do deslocamento interno forçado com o testemunho do especialista, propondo uma visão retrospectiva do conflito.

Para entender por que o deslocamento forçado piorou durante a década de 1990, é necessário explicar os fluxos de vítimas em meio a esse clima de ansiedade. Há também casos de pessoas que foram deslocadas à força em várias ocasiões e que viajaram por diferentes partes do país para proteger suas vidas e as de suas famílias. Todas essas nuances são uma parte essencial da história das vítimas e dos esforços futuros para ajudar a reconstruir o tecido social que foi rompido pela violência em toda a Colômbia. (Comisión de la Verdad, 2022b)

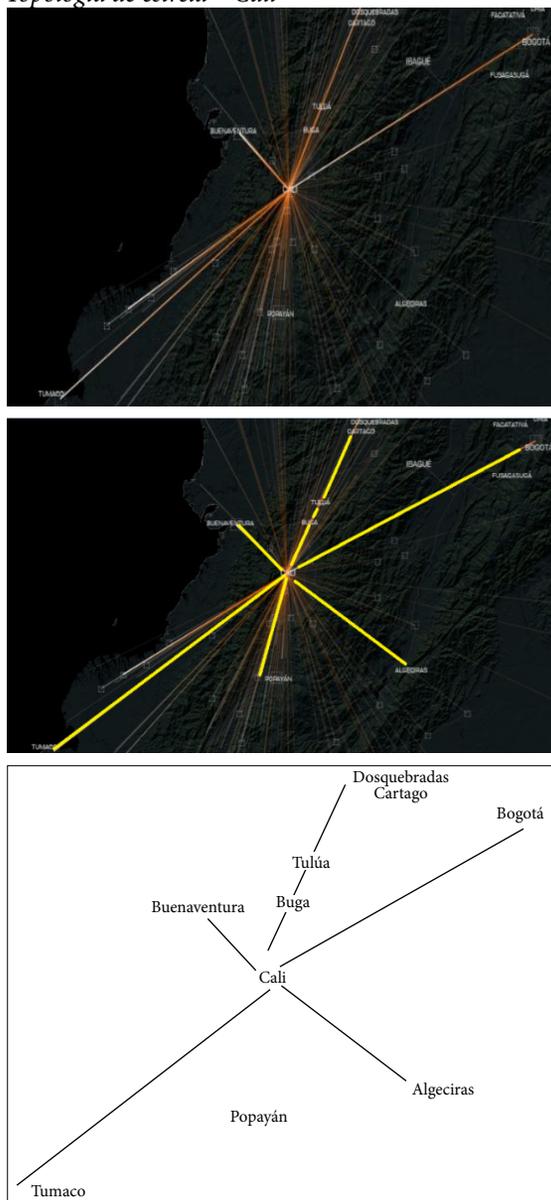
Em termos visuais, a mobilidade forçada para Cali é representada como uma topologia em estrela. Cali é a capital do departamento de Valle del Cauca

e a terceira maior cidade da Colômbia em termos de densidade populacional e número de habitantes, o que determinou que ela se tornasse um núcleo de recepção de vítimas do conflito. A topologia em estrela é caracterizada por uma distribuição radial na qual o eixo central funciona como um núcleo onde se concentra o fluxo de trajetórias. Essa topologia disruptiva e nacional, cujos pontos de chegada têm alta densidade, responde mais ao estabelecimento de relações socioeconômicas assimétricas do que a um tipo de organização que leva em conta a racionalidade no planejamento territorial.

No Valle del Cauca, o deslocamento forçado foi o resultado da disputa pelo controle territorial entre vários atores: os paramilitares, principalmente as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC); as guerrilhas; as gangues criminosas organizadas, como os Rastrojos; e as redes criminosas de microtráfico e tráfico de drogas, que se intensificaram desde a década de 1990 com o enfraquecimento da governança local. De acordo com o Consejo Nacional Indígena del Cauca ([CICR], 2023), durante o primeiro semestre de 2023, o Valle del Cauca foi o departamento com o segundo maior número de pessoas deslocadas, atrás apenas de Nariño, com 17%. O principal município onde ocorre o fenômeno do deslocamento interno forçado é Buenaventura, seguido por Cali, durante os primeiros meses de 2024; esses são considerados locais de refúgio de acordo com o Registro Único de Víctimas (2024).

De acordo com o DANE (2022), quase dez por cento (10%) da população de Cali sofreu deslocamento forçado no contexto do conflito, o que levou à necessidade de estabelecer grupos de trabalho interinstitucionais entre a prefeitura de Cali e o Governo Nacional para atender às vítimas desse evento vitimador. De acordo com o Modelo Integrado de Intervenção Territorial (MITI), produzido pela Unidade de Víctimas (2024), os problemas de acesso para pelo menos metade das vítimas incluem: falta de acesso à alimentação adequada, especialmente para crianças e adolescentes; acesso à moradia adequada; e acesso ao trabalho para satisfazer as necessidades básicas. A situação em Cali, e no Valle del Cauca em geral, é caracterizada pela urgência de atenção e reparação para as pessoas em condições de deslocamento forçado. A falta de recursos para prover a subsistência digna das pessoas torna a cidade um local de trânsito para outras grandes cidades, como Bogotá (Figura 8).

Figura 8
Topologia de estrela – Cali



Nota. Comisión de la Verdad (2022b); Elaboração própria.

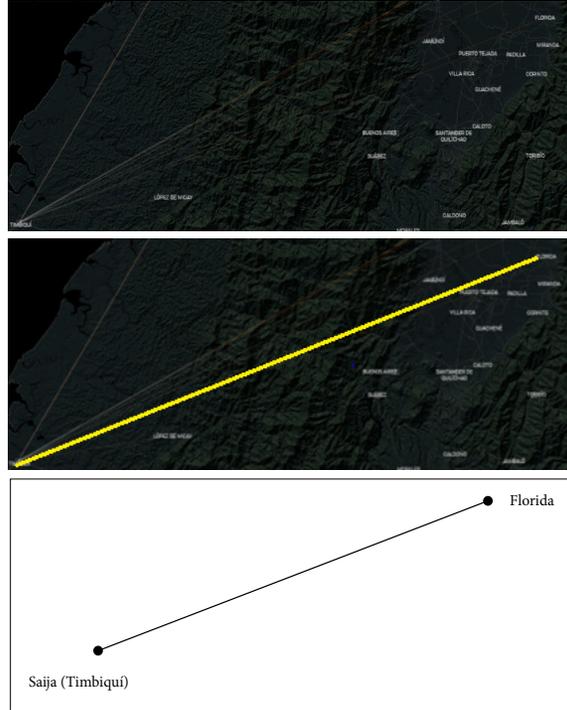
O vídeo curto de testemunho, focado no caso de Mercedes Hurtado, tem uma função contextualizadora, probatória e de petição ao Estado. É uma peça audiovisual curta de 2 minutos e 20 segundos que representa a linha do tempo que inclui os crimes e os crimes associados: desapropriação de terras e deslocamento interno forçado com assentamento em condições precárias, o que implica a luta pela sobrevivência. É o ato de parar e observar algo que não existe mais, de conectar o que resta: objetos, bens, pessoas no ambiente, projetos de vida frustrados, ideais, a fim de defender a própria vida da incerteza. O que se segue é o balanço do que foi alcançado e a inevitável busca por caminhos reparadores e transformadores. A narrativa audiovisual faz parte da plataforma midiática da Comissão da Verdade com a capacidade de comunicar, criar memória, evidenciar e criticar as lutas das vítimas do deslocamento interno forçado nas perspectivas socioculturais e na construção de memórias. No processo de memorialização, o curta-metragem testemunhal implica a interação entre o passado e o presente, onde diferentes formas de lembrar têm espaço, moldando a imaginação de grupos sociais que criam a memória social, com o potencial de propor transformações nos processos de construção de memórias pessoais e coletivas. Lembrar é, nesse vídeo testemunhal, uma sequência emocional que tem seu início e origem em uma retrospectiva da perda. O intertexto sonoro musical do vídeo, produzido pela Comissão da Verdade (Comisión de la Verdad, 2020), que está circulando no YouTube, reúne de forma testemunhal na peça musical e na letra a relação identidade-memória, ampliando a construção da memória coletiva: “eu sou a voz que se cala em meio ao medo, eu sou um grito corajoso, eu sou um povo inteiro”.

A primeira parte da narrativa audiovisual de Mercedes Hurtado representa os casos de vítimas de deslocamento forçado, que encontraram formas parciais de superar o trauma sofrido. Sua jornada começou em Saija (Cauca) e terminou no município de Florida (Valle del Cauca), onde, como mãe e chefe de família, ela foi deslocada com seus dois filhos. Seu testemunho narrativo é gerado no contexto de uma reação emocional de “medo” diante do recrutamento forçado de um de seus filhos e da apropriação do território por um grupo armado ilegal. A narrativa audiovisual inclui as condições de reassentamento, que se enquadra nas necessidades de dignificação da

vítima, em termos do direito ao trabalho, à moradia e à satisfação de suas necessidades básicas: “. . Eu tive que sair por causa do conflito armado, eles tomaram nossas terras. . Fiquei com medo. Aqui tive que lutar por ela, trabalhar para conseguir o que quer que fosse e, com a ajuda de Deus, hoje tenho uma casa. . .”. A narrativa audiovisual reforça o sentido do cotidiano, que se expressa na corporeidade da vítima orientada para o movimento a fim de realizar as tarefas domésticas, o trabalho e a busca pela transformação de sua precária condição socioeconômica.

A segunda parte do vídeo é orientada para o pedido-petição da vítima, que inclui: a necessidade de se chegar à verdade; a possibilidade de retorno, representada visualmente pelo recurso de tornar visível o ambiente da população de origem; e a obrigação do Estado de garantir a defesa da vida e do território, eliminando as diversas formas de vitimização. Emoções e atitudes de luta e conquistas pessoais são reforçadas, e valores como “paz” e “tranquilidade”, atualmente ausentes, são apropriados, o que é amplificado pela narrativa de Mercedes Hurtado; a presença sem rosto evidencia a necessidade de anonimato para evitar a revitimização; a tomada média de seu corpo e os movimentos de sua mão esquerda reforçam e tornam visível na narrativa uma forma de presença, por meio do recurso de visibilização-invisibilização. A narrativa audiovisual é a contextualização da situação atual, que ainda é caracterizada pelo controle ilegal do território por atores armados ilegais em confronto, o que aponta para o tipo de conflito e suas consequências para as populações rurais isoladas sem proteção do Estado. Contextualmente, pode-se inferir que, nesse caso, o conflito envolve dissidentes das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP) e do Ejército de Liberación Nacional (ELN), uma disputa que é enquadrada por interesses sociopolíticos e econômicos derivados do tráfico de drogas, da mineração ilegal e da negligência do Estado (Cañón, 2021).

A topologia do deslocamento de Mercedes Hurtado, assim como a de Yolanda Diaz, é ponto a ponto, com a diferença de que, no caso de Mercedes Hurtado, o significado e a busca pelo retorno são inferidos. Contextualmente, infere-se que, nesse caso, o conflito envolveu dissidentes das FARC e do ELN, uma disputa que é enquadrada por interesses sociopolíticos e econômicos derivados do tráfico de drogas, da mineração ilegal e da negligência do Estado.

Figura 9*Topologia ponto a ponto – Saija (Timbiquí) para a Flórida*

Nota: Comisión de la Verdad (2022b); Elaboração própria.

CONCLUSÕES

Esta proposta analítica se concentrou em compreender o processo de produção e interpretação semiótico-discursiva em torno da relação entre espaço-temporalidade, território e memórias, com o objetivo de elucidar como a violência é formulada, reproduzida e resistida no contexto do conflito armado, particularmente no contexto do deslocamento interno forçado. O deslocamento interno forçado é abordada como um conjunto de ações realizadas por atores armados legais e ilegais no âmbito do conflito armado interno, para o qual foi abordada a macronarrativa visual digital, constituída por múltiplas narrativas, cujo núcleo foi a narrativa visual gráfica interativa, o mapa, por meio do qual se conecta o tecido de narrativas visuais de ordem visual-verbal, visual-gráfica, verbal-oral e audiovisual, que constituem o contexto do mapa, a partir do qual foi formulado o processo analítico-interpretativo. A plataforma da Comissão da Verdade foi analisada, e as trajetórias e topologias foram explicadas e articuladas, conectando os recursos tecnológicos e simbólicos que possibilitam, no tecido macrossigno,

compreender as relações, as emocionalidades e as axiologias que determinam as perspectivas a partir das quais o deslocamento interno forçado é assumida.

A narrativa visual-gráfica interativa, o mapa, permitiu caracterizar e dar relevância à representação do deslocamento interno forçado, que mostrou que o fenômeno é determinado por fatores de violência por parte de atores legais e ilegais; e a precariedade de políticas públicas para preservar a vida dos cidadãos mais marginalizados do país, devido à falta de presença do Estado e de ações de proteção. Constatou-se que, em geral, as cidades e os municípios do país não dispõem de infraestrutura física e social para receber as vítimas, e há uma clara falta de assistência prática e oportuna e de espaços adequados para o diálogo social e o desenvolvimento de condições emocionais. A marginalização espaço-territorial, educacional e cultural é muito visível, principalmente quando se trata de órgãos estatais, que deveriam constituir o principal suporte físico, econômico e psicológico para o atendimento às vítimas.

A macronarrativa sobre o deslocamento interno forçado que circula digitalmente na plataforma da Comissão da Verdade constitui um recurso semiótico-discursivo para a construção da reparação integral e para a criação coletiva da paz, colocando em relação os princípios da verdade e da evidencialidade. A circulação multimodal e multimídia da macronarrativa conectou as narrativas institucionais e institucionalizadas, expressando um sentido de resistência às formas de socialização midiática do conflito e estabelecendo parâmetros de comunicação ética, dando centralidade à vítima e às conexões estruturais que determinaram o deslocamento interno forçado. ■

REFERÊNCIAS

- Battistini, E., & Mondino, M. (2017). For a semiotic multisensorial analysis of urban space. The case of Ballaro and Vucciria markets in Palermo. *Punctum*, 3(1), 12-26. <https://doi.org/10.18680/hss.2017.0003>
- Cañón, M. C. R. (2021, 28 de agosto). En el Pacífico caucano se reconfigura el conflicto armado tras la promesa de paz. *El Espectador*. <https://www.elespectador.com/colombia/mas-regiones/en-el-pacifico-caucano-se-reconfigura-el-conflicto-armado-tras-la-promesa-de-paz/>
- Caquard, S., & Dimitrovas, S. (2017). Story Maps & Co. The state of the art of online narrative cartography. *Mappemonde. Revue trimestrielle sur l'image géographique et les formes du territoire*, (121). <https://doi.org/10.4000/mappemonde.3304>
- Center for Spatial Research & Universidad de Los Andes. (2019). Conflict Urbanism: Colombia. <https://conflicturbanismcolombia.com/>
- Colombia. (2016). Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera. *Comisión de la Verdad*. <https://www.comisiondelaverdad.co/acuerdo-final-para-la-terminacion-del-conflicto-y-la-construccion-de-una-paz-estable-y-duradera>

- Comisión de la Verdad. (2020, 9 de diciembre). *Yo soy la verdad* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=N4F2HaHEBTQ>
- Comisión de la Verdad. (2022a). *Hay futuro si hay verdad: Informe final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la no repetición*. <https://repositorio.iidh.ed.cr/items/80c1293f-d3f8-41ac-a9ad-02b95be6a3f1>
- Comisión de la Verdad (2022b). *Desplazamiento forzado*. <https://www.comisiondelaverdad.co/violacion-derechos-humanos-y-derecho-internacional-humanitario/desplazamiento-forzado>
- Dane. (2022). *La información del DANE en la toma de decisiones regionales*. <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/planes-departamentos-ciudades/220422-InfoDane-Cali-Valle-del-Cauca.pdf>
- De Certeau, M. (1996). *La invención de lo cotidiano*. Universidad Iberoamericana.
- Entre enero y mayo de este año fueron víctimas de desplazamiento forzado cerca de 15.400 personas en Colombia. (2023, 31 de mayo). *Defensoría del Pueblo*. <https://www.defensoria.gov.co/-/entre-enero-y-mayo-de-este-a%C3%B1o-fueron-v%C3%ADctimas-de-desplazamiento-forzado-cerca-de-15.400-personas-en-colombia>
- Halbwachs, M. (2004). *La memoria colectiva*. Universidad de Zaragoza.
- Hernández, S. C., Rebolledo, J. E. R., & León, N. C. S. (2017). *La restitución de tierras y territorios: Justificaciones, dilemas y estrategias*. Dejusticia.
- Internal Displacement Monitoring Centre. (2024). *Global Report on Internal Displacement*. <https://api.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC-GRID-2024-Global-Report-on-Internal-Displacement.pdf>
- La restitución de tierras sigue estancada. (2024, 24 de abril). *Fundación Forjando Futuros*. <https://www.forjandofuturos.org/la-restitucion-de-tierras-sigue-estancada/>
- Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio*. Capitán Swing.
- Lewicka, M. (2008). Place attachment, place identity, and place memory: Restoring the forgotten city past. *Journal of environmental psychology*, 28(3), 209-231. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2008.02.001>
- Ley 1448 de 2011. (2011, 10 de junio). Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. *D.O. 48096*. <https://www.unidadvictimas.gov.co/sites/default/files/documentosbiblioteca/ley-1448-de-2011.pdf>
- Luque, R. (2016). Los desplazamientos humanos forzados recientes en el Cauca (Colombia): características e impactos sociales y espaciales. *Investigaciones Geográficas*, 65, 181-200.
- Massey, D. (2005). *For space*. Sage.

- Orianne, J. F., & Eustache, F. (2023). Collective memory: Between individual systems of consciousness and social systems. *Frontiers in Psychology*, 14, 1-14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1238272>
- Pease, B., & Pease, A. (2008). *The definitive book of body language: The hidden meaning behind people's gestures and expressions*. Bantam.
- Pezzini, I. (2024). Devices for the representation and the spectacularisation of urban space: views, landscapes and logo-monuments. In F. Bellentani, M. Panico, & L. Yoka (Eds.), *Semiotic Approaches to Urban Space* (pp. 66-80). Edward Elgar Publishing.
- Pierce, J. (2022). How can we share space? Ontologies of spatial pluralism in Lefebvre, Butler, and Massey. *Space and Culture*, 25(1), 20-32. <https://doi.org/10.1177/1206331219863314>
- Reclamantes de la Hacienda Bellacruz logran tierras, pero no por restitución. (2024, 14 de febrero). *Verdad Abierta*. <https://verdadabierta.com/reclamantes-de-la-hacienda-bellacruz-logran-tierras-pero-no-por-restitucion/>
- Registro Único de Víctimas. (2024). *Unidad para las Víctimas*. <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394>
- Santos, E. C. de los. (2020). ¿De qué hablamos cuando nos referimos a las movilidades forzadas? Una reflexión desde la realidad latinoamericana. *Estudios Políticos*, (57), 128-148. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n57a07>
- Schloss, K. (2024). Color semantics in human cognition. *Current Directions in Psychological Science*, 33(1), 58-67. <https://doi.org/10.1177/0963721423120818>
- Scollon, R. (2013). Geographies of discourse: Action across layered spaces. In I. De Saint-Georges & J.-J. Weber (Eds.), *Multilingualism and multimodality: Current Challenges for Educational Studies* (pp. 183-198). Brill.
- Téllez, J. F., & Balcells, L. (2022). Social Cohesion, Economic Security, and Forced Displacement in the Long-Run: Evidence from Rural Colombia. *World Bank Group*. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099539304262234248/pdf/IDU015a9be2b0af470434608d7404a72dfd1d88a.pdf>
- Verberg, N., & Davis, C. (2011). Counter-Memory Activism in the Aftermath of Tragedy: A Case Study of the Westray Families Group. *Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie*, 48(1), 23-45. <https://doi.org/10.1111/j.1755-618X.2011.01248.x>
- Winkler, J. R., Mengelkamp, C., & Appel, M. (2022). Real-time responses to stories: Linking valence shifts to post-exposure emotional flow and transportation. *Communication Research Reports*, 39(5), 237-247. <https://doi.org/10.1080/08824096.2022.2119380>

Artigo recebido em dia de mês de ano e a aprovado no dia de mês de ano.

